



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA**

ANTÔNIO SOUZA PEREIRA DOS SANTOS

**PARQUE URBANO E AS POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER: O caso do Parque
Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia**

**SALVADOR
2010**

ANTÔNIO SOUZA PEREIRA DOS SANTOS

**PARQUE URBANO E AS POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER: O caso do Parque
Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia**

**Artigo Científico apresentado ao Curso
de Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas
da UNEB, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Bacharel
Turismo e Hotelaria.**

**Orientadora: Prof^ª. Sandra Regina
Corrêa Guaré**

**SALVADOR
2010**

ANTÔNIO SOUZA PEREIRA DOS SANTOS

**PARQUE URBANO E AS POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER: O caso do Parque
Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia**

**Artigo Científico apresentado ao Curso
de Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas da
UNEB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel Turismo e
Hotelaria, à banca examinadora.**

Aprovado em 09 de agosto de 2010

Profª. Sandra Regina Corrêa Guaré
Mestre em Sociologia

Profª. Ariadna da Silva Bandeira
Mestre em Geografia

Profª. Myriam Sampaio Freire de Mello
Mestre em Ciências Econômicas

**SALVADOR
2010**

PARQUE URBANO E AS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER: O caso do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia

Antônio Souza Pereira dos Santos¹

Sandra Regina Corrêa Guaré²

RESUMO

Importantes espaços dentro das cidades, os parques urbanos desempenham funções essenciais à vivência em meio citadino, dentre as quais destacam-se a conservação e preservação de recursos naturais e por serem locais de acesso públicos e de práticas de lazer para a população – no caso de alguns parques, atendendo aos turistas. Levando-se em consideração cada um desses espaços, as possibilidades de atividades de lazer variam em decorrência de alguns fatores, por exemplo, a forma e o programa que os caracterizam. Tomando por objeto de estudo o Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia, um dos parques urbanos definidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, este trabalho objetiva identificar quais as possibilidades de atividades de lazer que existem em seu espaço físico. A sua realização tornou-se possível a partir de visitas ao Parque, no qual foram feitas observações, e posterior análise crítica embasada por discussão teórica.

Palavras-Chave: Parque Urbano. Lazer. Atividades de Lazer.

1 INTRODUÇÃO

Parques urbanos quando tomados por objeto de estudo e análise permitem a utilização de diversas áreas do conhecimento, dentre as quais pode-se destacar a urbanística, a sociológica, a do lazer, a ambiental, a geográfica e a turística.

A grande importância adquirida por tais espaços justifica os intensos estudos realizados ao longo dos anos, e os mais recentes trabalhos voltam-se para a problemática ambiental que envolve os parques urbanos localizados nas médias e grandes cidades – e além de envolverem as áreas destacadas alguns desses estudos incluem a percepção do indivíduo como fator de importância. Hardt et al (2009), Ferreira (2005), Kaick (2007), Ashton (2009), Kliass (1993), Macedo e Sakata (2002), Custódio (1993 apud ARAÚJO, 2004) e Sirkis (1999) são alguns dos autores que, em seus estudos e trabalhos, permitem o entendimento dos parques urbanos sob a perspectiva de tais áreas.

“Espaços públicos de dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação” (KLIASS, 1993, p. 19).

¹ Bacharelado em Turismo e Hotelaria na Universidade do Estado da Bahia / Email: titoaialo@hotmail.com

² Coordenadora e Professora do Curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia / Email: scorrea@uneb.br

Tal definição já demonstra a relevância dos parques urbanos nos aspectos social, ambiental e urbano. Esse destaque, importância e relevância são reforçados com as funções desses espaços, tanto as já desempenhadas quanto as novas adquiridas ao longo de sua trajetória histórico-evolutiva (acompanhando as características sociais, econômicas, políticas e culturais de cada período) dentro do ambiente urbano: estão ligados à qualidade de vida e bem-estar nas cidades; configuram-se não somente como espaços de lazer, recreação e descanso, mas também como locais de vivência e socialização; no aspecto ambiental representam a salvaguarda do natural inserido no urbano; e todo o conjunto que conforma o parque urbano (elementos naturais e artificiais) consegue restabelecer o indivíduo da fadiga e *stress* gerados pelo trabalho e pela vida cidadina.

Outras funções foram adicionadas com o passar do tempo, até porque as cidades também tiveram suas dinâmicas alteradas – com destaque para o crescimento urbano-populacional, a degradação ambiental e a especulação imobiliária. Assim, a preservação e a conservação do meio ambiente natural dentro dos núcleos urbanos despontam como uma das novas e principais funções desses espaços – e uma vez que as discussões e debates atuais giram em torno das questões ambientais, em todo o mundo, os parques urbanos podem representar uma das soluções para a manutenção do verde para futuras gerações.

Alguns autores, em seus estudos, permitem o entendimento dessas funções atreladas a esses espaços: Macedo e Sakata (2002) e Robba e Macedo (2002) contextualizam a evolução das funções e usos dos parques urbanos em cidades brasileiras, sem deixar, no entanto, de fazer referência aos países que deram início à sua criação; Macedo (1999) traz em sua obra a evolução dos programas de uso dos parques de acordo com as linhas de corrente paisagística, que se traduz na modificação dos aspectos formal e funcional do parque urbano; Machado e Tangerino (2009) salientam que esses espaços podem ser usados para outras (ou até novas) leituras da cidade, que não somente as típicas funções de lazer.

Duas outras considerações acerca dos parques urbanos se fazem necessárias. A primeira que, diante de tanta oferta de possibilidades de lazer, juntamente com as funções e usos adquiridos, tais espaços se tornaram alvo do Turismo, uma vez que seus aspectos constituintes (naturais e construídos) têm exercido forte atratividade sobre os turistas – além de já serem extremamente convidativos à população residente. E nesse caso, configuram-se como locais de vivência, de contato e de trocas e experiências sócio-culturais entre residentes e visitantes.

Segundo que, por reunirem tantas qualidades, esses parques passaram a ser representativos para a população local e para os visitantes, os quais atribuem a estes

significado e importância e, por esse olhar e percepção especiais, dão-lhes aspecto simbólico. Ashton (2009) afirma que o espaço urbano contemporâneo pode ser lido como um palco de inúmeras histórias da vida cotidiana, marcado por características próprias que, além de conferirem-lhe identidade única, desperta no residente o sentimento de pertença, cidadania e amor pelo local em que se vive. Como consequência, tais características e sentimentos podem ser percebidos por pessoas de outras localidades (vizinhas e/ou distantes), passando a atrair fluxos de visitantes que se deslocam em busca de coisas para ver, fazer e sentir.

Essa busca de coisas para ver, fazer e sentir reflete as necessidades e desejos daqueles que buscam aproveitar o tempo que livre que possuem, e encontram-se inseridas no amplo espectro do campo do Lazer. Seja a motivação e o interesse qual for (associativo, físico-esportivo, educativo, etc.), o parque urbano, enquanto um dos “equipamentos de lazer” das cidades, consegue atender a grande parte, senão todas, das necessidades e desejos por trás desses interesses, dessas motivações – através das atividades de lazer que em seu interior possam ser realizadas.

Porém, embora todos os parques urbanos tenham a função primordial de lazer, sabe-se que a quantidade de elementos (naturais e artificiais) que possibilitem a sua prática e vivência são diversos, variando, logo, de parque para parque. Aspectos como tamanho, elementos naturais (como lagoas, lagos, cachoeiras), relevo do lugar, localização do mesmo, entre tantos outros, também influenciam na quantidade de elementos para o lazer – além de serem um atrativo ou fator de repulsão para se visitar tais espaços.

Face ao exposto anteriormente, este trabalho objetiva identificar quais as possibilidades para o desenvolvimento de atividades de lazer no Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia.

A construção deste trabalho se deu em três fases: a primeira fase compreendeu o estabelecimento de referencial teórico-conceitual relativo ao tema, com leituras críticas de diversos autores que contribuem significativamente para a compreensão do assunto. A segunda fase se deu com a realização de visitas ao Parque, durante o período de uma semana, de modo a se identificar as possibilidades de atividades de lazer existentes no mesmo. A terceira e última fase refere-se à análise das impressões obtidas durante as visitas, a partir das quais se pôde chegar à conclusão desse estudo e ao alcance do objetivo proposto.

O Parque Zoobotânico Getúlio Vargas (PZGV), ou Parque Zoobotânico de Ondina (SALVADOR, 2008), ou Zoológico (como é conhecido popularmente), está localizado à Rua Alto de Ondina, s/n, no bairro de Ondina. A Figura 1 mostra, com destaque, a localização territorial do parque.

Trata-se de um parque de importância social, ambiental e turística: social porque configura-se como um espaço público, de convivências e relacionamentos, tornando-se opção de lazer tanto para residentes quanto para visitantes; de importância ambiental por guardar em seus limites remanescentes da Mata Atlântica, possuir um relevante acervo animal, composto de 108 espécies de animais (da fauna brasileira, de outros locais e ameaçados de extinção), desenvolver atividades de pesquisa, reprodução animal, ações de conservação e enriquecimento deste pedaço de mata, de paisagismo, ambientação de recintos e educação ambiental; a turística se justifica por sua própria localização, próximo a grandes hotéis, à orla atlântica da cidade, além de está inserido na rota de passagem do ônibus de passeio turístico da cidade, o Salvador-Bus, e ser referenciado no site do Governo do Estado como uma das opções de roteiros tradicionais da cidade.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL

A abordagem sobre os parques urbanos é valiosa devido à multi e interdisciplinaridade que o assunto possui, o que permite ao pesquisador um amplo leque de possibilidades e perspectivas de trabalho. O presente estudo traz, em específico, duas áreas do conhecimento (a turística e a do lazer) que além de se inter-relacionarem o fazem com o assunto em questão: parques urbanos. Ressalta-se, entretanto, que não se desconsidera a grande contribuição de outras ao entendimento de tais espaços, e as mesmas podem se identificadas na abordagem corrente.

O Turismo figura-se como uma área do conhecimento recente (embora antigo como fenômeno socioeconômico e político-cultural), e juntando-se a isso a dinâmica e os aspectos que o caracterizam (como a multiplicidade de áreas envolvidas no seu estudo), o mesmo levanta intensos debates e discussões – não somente relacionados à própria definição do que este seja, como também das terminologias que lhes são inerentes.

E mesmo existindo a busca por um conceito unívoco do que é o Turismo, os autores e estudiosos da atividade reconhecem a dificuldade de limitar o seu entendimento a algo específico. E desde a primeira tentativa de defini-lo até a mais atual, percebe-se a incorporação de novas áreas do conhecimento, a reformulação de termos já existentes e a exclusão de alguns outros.

O estabelecimento de relações supracitado, entre as áreas turística e do lazer, é possível através de Dias e Aguiar e Torre (2002; 2002 apud DIAS, 2003, p. 27-28-29), uma vez que tais autores trazem, na definição de Turismo, o lazer como objetivo principal; caracterizam o Turismo como fenômeno resultante e resultado das relações entre turistas e residentes; e representa a busca pelo novo, aliado aos mais diversos interesses pessoais, descartando o aspecto remuneratório.

O turismo é o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer; uma busca de viajar para se conhecer um país ou região e a organização, nestes, dos meios que permitem e facilitam essas viagens para recreação, passeio, conhecimento e diversão. É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas – pelos motivos supracitados mais os de descanso e cultura -, gerando nos locais visitados múltiplas relações de importância sócio-econômica-cultural.

Seria válido trazer a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), por se tratar da entidade que regulamenta a atividade internacionalmente, orientando o trabalho realizado por organismos oficiais de Turismo em todo o mundo e tendo por consequência rebatimentos (reflexos) sobre o planejamento e gestão da atividade. Mas é Cruz (2003) quem aborda a definição de modo mais abrangente, acrescentando-lhe sua perspectiva geográfica.

Segundo a autora o Turismo é uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite na destinação. Tal deslocamento pelo território pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, saúde, etc., desde que não correspondam a formas de remuneração direta. Por fim, o entende como uma prática social e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo, sendo fortemente influenciado pela cultura.

E é o componente lazer presente nas definições de Turismo utilizadas que permite uma inicial relação com os parques urbanos. Primeiro e primordialmente em razão da função para qual estes foram criados – lazer e contraposição ao urbano -, sendo, ao longo do tempo, acrescentado-lhes outras funções.

Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cinematográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificaram os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, ecológico e parque temático (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 13).

Segundo que, por serem espaços públicos, permitem o acesso a práticas de lazer gratuitas, a convivência entre residentes e visitantes e a satisfação de muitas necessidades. Juntando-se a isso o fato de seus elementos constituintes (naturais e construídos)

potencializarem sua atratividade, os parques urbanos passaram a ser utilizados pela e para a atividade turística.

Devido à grande oferta de atividades, os parques urbanos passam a ser lugares também freqüentados por turistas. Além de locais públicos são também espaços sociais, onde se estabelecem relações de convivência pacífica entre classes sociais diferentes [e pessoas de origens diferentes], constituindo pontos de encontro abertos à população [e também aos turistas] (KAICK, 2007, p. 36).

Um aspecto que reforça a relação Turismo, lazer e parques urbanos é que estes últimos estão inseridos na área da cidade, portanto, no seu contexto, sendo, como já vistos, criados também para compor sua dinâmica sócio-econômica-espacial.

O interesse por jardins e parques aparece como um contraponto à sociedade industrial e passou a fazer parte do cotidiano urbano, e associado a este pensamento estavam as primeiras idéias de lazer e conceitos higienizados do século XIX na Europa – promoção de um modo de vida mais saudável a partir da existência de mais espaços ajardinados, comparados aos pulmões (SANTUCCI, 2003 apud FERREIRA, 2005, p. 22).

Ainda, a cidade onde se mora é, em escala social, de acordo com Camargo (1999), o principal espaço turístico – uma vez que a visita a lojas, *shoppings centers* (independente de como se julgue seu valor cultural), bem como a parques, museus, entre tantos outros lugares, constituem alguns dos interesses principais do turismo local. Assim, por estarem no perímetro das cidades, os parques urbanos integram a sua paisagem urbana; do mesmo modo que, no contexto do Turismo urbano nela praticado, tais parques são/integram os seus recursos/oferta turísticos.

Dentro da perspectiva do lazer apresentada, ligada ao turismo, bem como a de ser a orientação para a criação de espaços públicos voltados para a sua prática e vivência (os quais são utilizados pela população e podem vir a ser pelos turistas), torna-se necessário defini-lo, e Dumazedier (1974) e Camargo (1999) proporcionam um entendimento amplo do que este seja.

Tais autores o entendem como uma busca primeira da auto-satisfação, onde a pessoa procura como fim último realizar-se. É um conjunto mais ou menos estruturado de atividades que dizem respeito às necessidades do corpo e do espírito, centradas em interesse físicos, práticos ou manuais, culturais, artísticos, intelectuais e sociais, realizados em um tempo livre conquistado historicamente sobre as jornadas de trabalho profissional e doméstico; dentro dos limites de condicionantes sociais, econômicas, políticas e culturais de cada sociedade; e que interferem no desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Complementando o acima exposto, Camargo (1999 apud CRUZ, 2003, p. 39) afirma que:

As atividades de lazer são hedonísticas e prazerosas; são sempre liberatórias de obrigações, pois que buscam compensar e substituir algum esforço imposto pela vida social e, afora determinismos de ordem sócio-cultural e político-econômico, tais atividades resultam de uma escolha pessoal.

A busca de locais reservados para este fim também se baseia numa escolha pessoal, frente a diversos fatores, e quando não sofrem influência dos determinismos citados. Referindo-se ao turista que chega a grandes centros urbanos, os mesmos podem deparar-se com três espaços que se caracterizam pelo destaque que possuem: a praça, a praia e o parque – e a escolha por um destes espaços, a priori, leva em consideração os determinismos que se impõem e as motivações, interesses e necessidades pessoais. Logo, os parques urbanos são uma forte alternativa a esses turistas (e também aos próprios residentes), uma vez que possuem variadas possibilidades de lazer que atendem aos interesses e necessidades daqueles que os visitam.

Como os parques urbanos integram a tripla relação estabelecida anteriormente, é imprescindível a compreensão destes a partir de sua definição. Assim, grosso modo, e a priori, poder-se-ia dizer que parque urbano é todo o parque de área verde, de qualquer porte e tamanho, que está completamente inserido nos limites da cidade. Tal afirmativa tem por base duas considerações: a primeira baseada em Reis (2001, p. 24)., que define como parque urbano os “parques localizados dentro do perímetro urbano” A segunda leva em consideração o caso do Parque Nacional da Tijuca, o qual “é o único do Brasil localizado em área urbana, na cidade do Rio de Janeiro, sendo considerado um dos maiores parques urbanos do mundo” (FERREIRA, 2005, p. 26).

Ainda, Mantovani (2006), em sua abordagem sobre a diversidade biológica em parques urbanos de São Paulo, também trabalha tipologias inseridas no contexto urbano (parques tecnológicos, jardins e ecológicos), e refere-se a elas como parques urbanos. Ressalta-se, entretanto que o dito não considera as tipologias em que se enquadram cada parque em particular, ou seja, os aspectos que tornam por caracterizá-lo como Nacional ou da Natureza ou Ecológico, etc., por exemplo. Apenas os aspectos geográficos e espaciais sobressaem-se.

Outras áreas do conhecimento, representadas por grandes autores, contribuem significativamente, num sentido mais amplo, para o entendimento dos parques urbanos. Sob a perspectiva urbanística, estes são definidos como espaços livres de edificações, os quais foram modificados, adaptados, humanizados e tornados ambientes de socialização (MACEDO, 1986; MAGNOLI, 1986; SERRA, 1936). Na perspectiva ambiental os parques urbanos são tidos como áreas verdes:

Espaços abertos com cobertura vegetal e uso diferenciado, integrado no tecido urbano aos quais a população tem acesso. Classificações internacionais incluem como áreas verdes: campos de esporte, jardins botânicos, zoológicos, cemitérios modernos formados por extensos gramados, interrompidos apenas por lápides. [Estas] não devem ser encaradas como corpos estranhos de uma cidade, mas devem ser vistas como importantes elementos integrantes e participantes da estrutura e da dinâmica urbana (TROPPEMAIR; GALINA, 2003, p. 1).

E como unidades de conservação (UC), que de acordo com Salvador (2008):

Art 215. As Unidades de Conservação configuram um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público³ com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, SNUC, criado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Na figura de espaços públicos, o parque urbano, de acordo com Francisco (2005), pode organizar um território capaz de suportar diversos usos e funções, sendo um espaço da continuidade e da diferenciação, assim como ordenador do bairro, articulador da cidade e estruturador da região urbana. Ainda, ser referencial urbanístico, de manifestações da história e da vontade do poder e símbolo de identidade coletiva; por possuírem as três características fundamentais dos espaços públicos, acessibilidade, gratuidade e exterioridade (RECIFE, 2002), é que os parques urbanos podem ser considerados como tal.

E sob a perspectiva turística, podem ser entendidos como atrativo turístico. De acordo com Ignarra (1999) e Beni (1998) todo atrativo turístico é um recurso turístico (ou o primeiro é um outro nome para o segundo) potencial ou atual. É o recurso natural ou cultural que atrai o turista para visitação, implicando, logo, algum conhecimento prévio de sua existência. Constituem, ainda, o patrimônio de um local, elementos passíveis de provocar o deslocamento de pessoas e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar.

Por fim, entre as muitas definições específicas de parques urbanos, trazem-se aqui as de Macedo e Sakata (2002), pelo importante trabalho realizado acerca de tais espaços em todo o Brasil, e a de Salvador (2008), através da Lei nº 7.400/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador-Bahia, e é a que orienta a escolha do parque urbano em estudo. Desse modo, para os primeiros, parque urbano é:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 14).

³ As Unidades de Conservação podem ser instituídas nas esferas Federal, Estadual e Municipal, e a depender do objetivo para qual foram criadas podem ser de Proteção Integral ou de Uso Sustentável.

A referida Lei caracteriza os parques urbanos como Espaços Abertos de Recreação e Lazer (ELR) (SALVADOR, 2008):

Art. 241. Os Espaços Abertos de Recreação e Lazer são áreas urbanizadas, dotadas ou não de atributos naturais, destinadas ao convívio social, ao lazer, à prática de esportes e à recreação ativa ou contemplativa da população, compreendendo as subcategorias:

I - Parques Urbanos;

II - Espaços Abertos Urbanizados.

E os define como (SALVADOR, 2008):

§ 1º Parque Urbano, PU, é a área pública dotada de atributos naturais, parcial ou completamente urbanizada, destinada ao lazer ativo e contemplativo, à prática de esportes e atividades recreativas e culturais da população.

E por se tratar, o parque em questão, de um parque zoobotânico, cumpre trazer os conceitos de jardim botânico e jardim zoológico – embora, a partir destes, não se possa inferir o que seja aquele primeiro. São, ambos, áreas especialmente protegidas, entretanto, não se tratam de áreas naturais e sim de ambientes modificados artificialmente para a consecução de suas finalidades, configurando-se, na verdade, como instituições científicas jurídicas (OLIVEIRA, 2005).

Jardins botânicos “são áreas fechadas normalmente pertencentes ao Poder Público destinadas ao plantio de diversas espécies vegetais” (idem, p. 270). Já os jardins zoológicos são considerados “qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou semiliberdade e expostos à visita pública” (BRASIL, 1983).

É válido ressaltar que, no contexto da cidade de Salvador, os parques urbanos integram o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM), porém só serão considerados como tal aqueles parques que se enquadrarem na definição anteriormente mencionada. Por tais características, o PDDU reconhece apenas oito parques urbanos enquadrados nessa subcategoria, diferenciando-os de outros parques existentes na cidade. Mesmo com a divergência entre o aspecto jurídico e o espacial, todos os parques de Salvador são tidos como UC's, e podem ser visualizados na Figura 2, com destaque para o parque em estudo.

Em resumo, a importância dos parques urbanos de Salvador, tanto os instituídos legalmente quanto aqueles que se enquadram em outras categorias, abarca o social, o ambiental e o turístico, embora, na realidade, esses parques enfrentem grandes e graves problemas além de não contarem com a devida atenção no que diz respeito à sua gestão e aos interesses não só da comunidade, mas também da própria atividade turística.

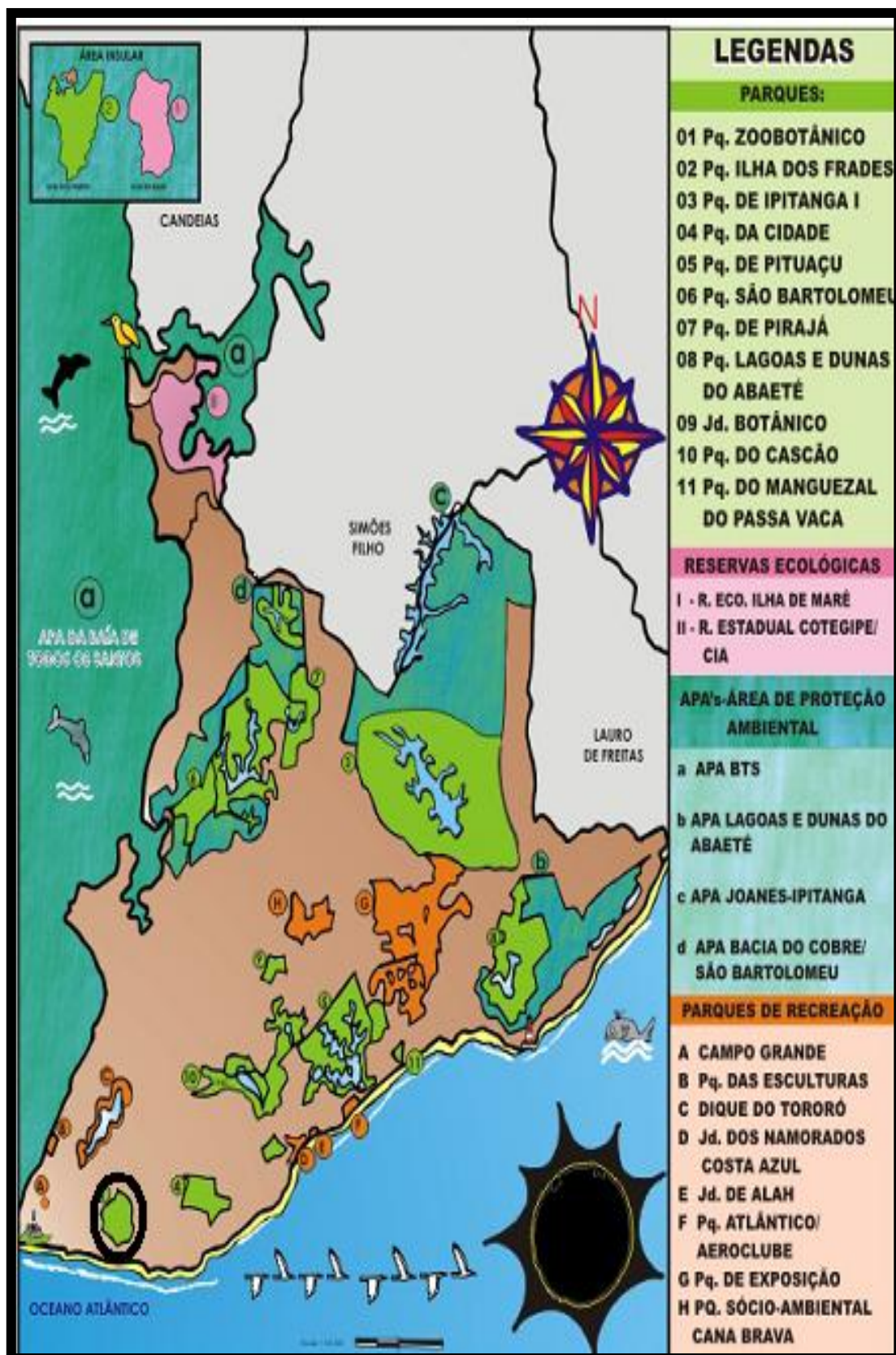


Figura 2: Unidades de Conservação de Salvador, com destaque para o Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
 Fonte: Salvador, 2006

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os parques urbanos existentes numa cidade diferenciam-se entre si em vários aspectos. Alguns deles, como relevo, tamanho, elementos naturais, vão ditar, a priori, quais tipos de atividades de lazer serão possíveis de realizar, assim como alguns equipamentos que permitem sua prática serão escolhidos em virtude desses aspectos.

Logo, o que determina a existência das possibilidades de atividades de lazer é o que Macedo e Sakata (2002) definem por forma e programa – e estas duas dimensões trabalhadas conjuntamente terminam por conformar a concepção do parque e das suas características⁴. Acrescente-se a isso o objetivo para o qual o parque fora criado, em outras palavras, a função ao qual está predestinado cumprir. Assim:

O **programa** de atividades refere-se às possibilidades de uso que o parque oferece à comunidade [...] e deve corresponder às aspirações dos futuros usuários. A elaboração do programa de um espaço público, a escolha dos equipamentos que o comporão e a própria construção do parque obedecem a parâmetros como a disponibilidade de espaço físico, as características desse espaço, a acessibilidade, a proximidade de outros equipamentos de lazer, o número de usuários, os interesses políticos e da comunidade e a disponibilidade de verbas para sua implementação. A **forma** é o suporte físico do programa de atividades, é a configuração propriamente dita, que acomoda o programa e estrutura os espaços que conterão os equipamentos, segundo um determinado padrão estético (ibidem, p. 61, grifo nosso).

Embora o coordenador do PZGV afirme ser o objetivo maior do mesmo a conservação, e não o lazer⁵, o que está instituído no PDDU vai de encontro ao que este diz, uma vez que o classifica como Espaço Aberto de Recreação e Lazer (ERL) e Parque Urbano, como visto anteriormente. Assim, mesmo reconhecendo o Parque como uma das Unidades de Conservação (UC) da cidade, existem diretrizes em tal documento que compatibilizam a sua função enquanto UC aos propósitos que o ERL parque urbano possui. Por exemplo:

Art. 243. São diretrizes para os Parques Urbanos, PU:

I - elaboração de plano específico, objetivando a definição das atividades a serem desenvolvidas no Parque, compatibilizando a conservação dos conjuntos de vegetação significativos, quando existentes, com o uso intensivo para lazer e recreação, turismo ecológico, atividades culturais e esportivas e como centro de referência para educação ambiental;

II - tratamento urbanístico e paisagístico, com aproveitamento para o lazer e a recreação, assegurando a conservação dos atributos paisagísticos e dos equipamentos instalados, a manutenção de altos índices de permeabilidade do solo e vegetação adaptada para o sombreamento; (SALVADOR, 2008).

⁴ Vale ressaltar que a forma e o programa são as principais responsáveis por promoverem as alterações nas linhas de projeto paisagístico, que no Brasil tornaram por caracterizar três correntes: a Eclética, a Moderna e a Contemporânea.

⁵ Informação obtida a partir de conversa com o Coordenador do PZGV, Gerson Norberto.

As visitas realizadas ao PZGV, tendo por base o acima dito, permitiram identificar algumas possibilidades de desenvolvimento de atividades de lazer pelo visitante: a contemplação, a educação, a de associação entre pessoas e atividades físicas (caminhadas). Tais possibilidades são trabalhadas por Camargo (1999) e algumas delas podem ser reunidas nas atividades turísticas de lazer quando o visitante em questão é um turista. São as estruturas e equipamentos existentes para que se conforme tais possibilidades: a biblioteca, a Mata do Zôo, o Cine Zôo Ambiental, o Zooberçário, o museu, as áreas de lazer, áreas externas do Parque, o horto e o acervo animal existente (Figuras 3 e 4).



Figura 3: Museu (visão externa)
Fonte: Pesquisa de campo



Figura 4: Área de lazer interna do PZGV
Fonte: pesquisa de Campo

A contemplação/observação é, para Mohr (2003), uma atividade saudável não somente pelo contato íntimo com a natureza, mas também por representar uma agradável terapia de relaxamento que alivia o estresse do dia-a-dia e permite ainda que o indivíduo obtenha informações interessantes sobre o que é observado. Complementa o exposto Andrade (1997 apud LOPES; SANTOS, 2004, p. 103), ao dizer que “a observação realizada na natureza promove uma gratificante atividade de lazer e descontração, proporcionando [...] recompensas intelectuais, recreativas e científicas.

No PZGV a contemplação abarca a própria paisagem do Parque, integrada pelos animais ali expostos e também por “paisagens criadas” através dos trabalhos de paisagismo e ambientação desenvolvidos, o observar das outras pessoas a visitar o lugar e da paisagem que circunda o Parque. Os animais, em seus movimentos e ações, despertam a curiosidade, o contentamento e até o medo daqueles que os observam, com destaque para os grandes felinos, os macacos e os pavões – os últimos andam livres pelo Parque. Existem locais em que podem

ser vistos recriações dos habitats naturais dos animais, o que acrescenta muito à observação em termos de aprendizado (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Paisagens do PZGV
Fonte: Pesquisa de campo



Figura 5: “Paisagem recriada” (Mata Atlântica)
Fonte: Pesquisa de campo

Em relação à paisagem externa do Parque, vale dizer que ela própria acrescenta valor ao lugar, pelo vislumbre da natureza que propicia – mesmo que seja percebida a presença da ação humana através dos prédios existentes e em construção. Nesse sentido o PZGV, enquanto detentor dessas paisagens, além de ser uma grande área verde e de lazer, eleva o valor dos imóveis ao seu redor construídos. Segundo Alcântara (2008) condomínios de luxo vizinhos às áreas verdes tem um valor alto em relação a outros espaços da cidade – e isto não tem somente a ver com a concepção dos benefícios associados a tais áreas, consideradas como sinônimos de qualidade de vida, mas também ao próprio valor que a especulação imobiliária atribui à biodiversidade e às áreas recreacionais (Figura 6).



Figura 6: Edifício em construção próximo ao PZGV
Fonte: Pesquisa de campo

Quanto ao aspecto educativo, o Parque possui um conjunto de atividades que proporcionam o aprendizado sobre a importância de preservar e conservar o ambiente. Todas elas pertencem ao setor de Educação Ambiental do PZGV, e podem tanto ser realizadas no espaço do Parque quanto em escolas e instituições especiais de ensino, pelos profissionais e estudantes do setor. As que podem ser realizadas no próprio Parque são: Aprendendo no Zôo; Trilha na Mata do Zôo; Zôo Terapia e Cine Zôo Ambiental (Figura 7).



Figura 7: Atividade Aprendendo no Zôo
Fonte: Pesquisa de campo

Mas, levando-se em consideração algumas propriedades inerentes à prática do lazer, como a desobrigação, o desinteresse e a escolha pessoal, as atividades acima elencadas, mesmo que envolvam o lúdico, que sejam prazerosas e que revertam benefícios àqueles envolvidos, não podem ser consideradas como lazer, e sim como uma espécie de semilazer. A justificativa para tal consideração baseia-se no fato de que os visitantes que chegam em passeios escolares e aqueles de instituições especiais de ensino vão em atividade programada, as quais devem ser cumpridas.

Então, em que momento o PZGV tem como possibilidade de atividade de lazer o aspecto educativo? A partir do momento em que o visitante não vai ao Parque para aprender, e sim, aprende ao visitar o Parque. Esse aspecto é mais amplo não só por atender as propriedades citadas, mas porque representa, ao passo que se visita, a busca e o aprendizado natural através das informações existentes, seja nas placas informativas, seja nas instalações – Museu, Biblioteca e Cine Zôo Ambiental. Esse mesmo lazer, para Camargo (1999), abre um campo educativo não somente para aprender coisas, mas também para exercitar equilibradamente as possibilidades de participação e interação social lúdica, onde o “modelo

cultural de prática social [que é o lazer] interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos” (ibidem, p. 71).

Por ser um espaço público, o PZGV já se torna um lugar de convivência, socialização e interação entre as pessoas. É o espaço público, segundo Recife (2002), o espaço do encontro com o outro e diferente de si, no qual as relações coletivas que possibilitam as trocas fundamentais, o convívio com o diferente, fortalecem-se; ainda, é o Parque um espaço de uso comum e apropriado livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade - e por aqueles que estejam a visitá-la.

A busca por estar com pessoas e participar de atividades comuns é inerente à pessoa humana, logo, representa a motivação – ou uma das motivações -, para se sair da casa e da rua (locais onde já se estabeleceu um lazer associativo) e buscar novos lugares e possibilidades que ao mesmo tempo em que satisfazem essa necessidade, suprem também outras. Camargo (1999) afirma que em todas as atividades de lazer pode existir um forte conteúdo de sociabilidade, expresso no contato com amigos, parentes, colegas de trabalho ou de bairro – e até mesmo com desconhecidos. Fala-se em atividades associativas de lazer para exprimir o interesse cultural centrado no contato com as pessoas. Pode-se aqui fazer um “link” com as atividades turísticas de lazer – onde, no geral, se busca uma mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida; e, especificamente, ao chamado Turismo Social, onde se busca a integração com grupos locais para um conhecimento mais autêntico de suas peculiaridades, mesmo que não somente parques urbanos sejam os únicos espaços públicos para que tal objetivo se concretize.

No PZGV esses contatos sociais acontecem em diversos momentos da visita: seja durante a observação de determinado animal, em especial os que chamam mais atenção; nas pausas para o lanche; nas áreas de recreação dentro e fora do Parque; e no momento de descanso, por vezes, ao término da visita, próximo às portarias. O convívio é mais fortemente percebido entre as crianças, uma vez que estas se entregam naturalmente ao contato com as pessoas (Figura 8).



Figura 8: Locais propícios ao convívio social.
Fonte: Pesquisa de campo

Devido ao formato do PZGV, seu relevo acidentado, é possível a prática de atividades físicas dentro do mesmo, dentre as quais se destaca a caminhada. Mesmo não sendo um espaço tecnicamente planejado para tal fim, o Parque constitui-se em um bom lugar para que se realize tal atividade, uma vez que as “subidas” e “descidas” exigem preparo e esforço físicos da pessoa. Na verdade, não só a isso se limita o caminhar, uma vez que sua realização contempla outros interesses pessoais:

O desejo de exercitar-se fisicamente, de colocar-se em forma, é o denominador comum destas atividades [com destaque, aqui, para a caminhada], não obstante predomine, para alguns, o interesse estético do movimento no esporte [...], ou na contemplação da natureza e das pessoas nas caminhadas. Para outros, há também um forte interesse associativo nessas atividades, na medida em que é difícil separar o interesse físico do desejo de estar com o grupo de amigos ou da paquera pura e simples. A caminhada é, ainda, para algumas pessoas, a busca da solidão, do prazer de estar consigo mesmo, desde que não se trate de um isolamento socialmente imposto (CAMARGO, 1999, p. 21).

Essas atividades que podem ser desenvolvidas no Parque se cruzam em determinado momento. Sem perceber, pode se estar fazendo uma ou variadas delas, sendo apenas os benefícios propiciados com sua prática sentidos. O parque recebe 35.000 visitantes por mês⁶, sendo que intensidade dessa visitação varia entre os dias úteis (excetos as segundas-feiras), quando há uma tranqüilidade durante a visitação, e os fins de semana e feriados, quando a quantidade de pessoas no parque   significativa. A observa o   um tanto prejudicada porque se passa a dar muita atenção ao que as pessoas estão a fazer, bem como, a quantidade de pessoas e o barulho deixa alguns animais inquietos. O Parque, hoje, está a construir um novo setor para os primatas, que assim como o setor das aves vai acrescentar

⁶ Informa o obtida a partir de conversa com o Coordenador do PZGV, Gerson Norberto.

muito à observação dos animais. A Mata do Zôo e o horto não podem ser visitados, a biblioteca não está disponível e não há como inovar no sentido de se ofertar novas atividades, visto que a presença dos animais é um aspecto a ser considerado (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Acesso à Mata do Zôo
Fonte: Pesquisa de campo



Figura 10: Horto
Fonte: Pesquisa de campo

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques urbanos são espaços de extrema importância nas cidades, fato comprovado pela importância que possuem, os papéis desempenhados, os significados adquiridos e a simbologia que carregam. No caso do parque estudado, a importância dos benefícios gerados aos visitantes podem ser gerais, devido ao lazer que proporcionam, e por sua especificidade, como unidade de conservação.

Mesmo a divergência existente entre o que o Parque determina como seu objetivo maior e o que foi legalmente instituído pelo município no plano diretor, o que pesa é a importância que o visitante atribui ao parque, como ele a percebe – e nesse aspecto, estes o consideram opção de lazer.

Embora muito distante da maioria dos bairros populares de Salvador, o PZGV afirma-se como um espaço público de lazer de relevância, levando-se em consideração não só a quantidade de pessoas que o visitam, mas também o que ele oferece como possibilidade de atividades de lazer ao seu visitante, atendendo, assim, vários interesses dos mesmos: um espaço de aprendizado do que é a natureza e da importância de se conservá-la, através não só da educação ambiental, mas de um aprendizado adquirido naturalmente; lugar de convívio social, onde além do programa para a família e entre amigos, existe o contato com o

desconhecido – seja ele residente de outros bairros ou de outras cidades e países; lugar de apreciação, de observação e contemplação, de vislumbrar, as paisagens (tanto aquela característica do lugar, quanto aquela que, ao seu redor, sofre a interferência do homem, ou ainda as “mini-paisagens” criadas no seu interior) e porque não, do comportamento das pessoas; e, por fim, um espaço que, mesmo não planejado para tal fim, atende à necessidade que o indivíduo tem de exercitar o corpo, perpassando por todas as outras atividades existentes.

Nesses instantes de visita, o indivíduo se recupera de uma urbe conturbada e estressante. No contato com as pessoas presentes e com os que o acompanham, reforçam-se os laços sociais; no observar dos animais e no andar pelo Parque percebe-se, aliada à busca pelo conhecimento, o contentamento com o seu deslocamento e ações, bem como nas placas educativas se adquire e agrega mais aprendizado. E no contemplar da paisagem, existe um momento de introspecção, de percepção absoluta da importância de se salvaguardar tal natureza e, principalmente, o lazer se concretiza: os interesses e necessidades são satisfeitos, as energias renovadas e a sensação de bem-estar que o verde provoca, pelo escape da cidade, sentida.

**PARQUE URBANO Y LAS POSIBILIDADES PARA EL DESARROLLO DE
ACTIVIDADES DE OCIO: El caso del Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-
Bahia**

Antônio Souza Pereira dos Santos⁷

Sandra Regina Corrêa Guaré⁸

RESUMEN

Importantes espacios dentro de las ciudades, los parques urbanos desempeñan funciones esenciales a la vivencia en medio ciudadano, dentre los cuales destacam-se la conservación y la preservación de los recursos naturales y siendo, además, lugares públicos de acceso y de prácticas de actividades de ocio por la población – en el caso de algunos parques, atendiendo los turistas. Teniendo en cuenta cada uno de esos espacios, las posibilidades de actividades de ocio cambian debido a algunos factores, por ejemplo, la forma y el programa que los caracterizan. Tomandose por objeto de estudio el Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, Salvador-Bahia, uno de los parques definidos por el Plan Director de Desarrollo Urbano de Salvador, Este trabajo pretende identificar las posibilidades de actividades de ocio que existen en su espacio físico. Su realización hacerse posible a partir de visitas al Parque, en lo cual fueran hechas observaciones, y posterior análisis crítica embasada por discusión teórica.

Palabras-Clave: Parques urbanos. Ocio. Acitividades de Ocio.

⁷ Bacharelado em Turismo e Hotelaria na Universidade do Estado da Bahia / Email: titoaialo@hotmail.com

⁸ Coordenadora e Professora do Curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia / Email: scorrea@uneb.br

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lílian Alves de. **Ação civil pública ambiental**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

ASHTON, Mary Sandra Guerra. **Espaços de turismo, desportos e lazer destinados a viajantes e residentes**. Revista Digital efdeportes.com 12 años, Buenos Aires: año 13, nº 128 enero 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd128/espacos-de-turismo-desporte-e-lazer-destinados-a-visitantes-e-residentes.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **O caminho das águas de Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Elisabete Santos et al (Org). Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/publicacoes/livros/caminho_das_aguas.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2010.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 7.173/1983**. Regulamenta o Art. 1 e dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1983. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1980-1988/L7173.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2010.

CAMARGO, Luiz O. de Lima. **O que é lazer**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, Jacques. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro**. Niterói: [s. n.], 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=33818696>>. Acesso em: 5 maio 2010.

FRANCISCO, Marlene Duarte. Espaço público urbano: oportunidades de identidade urbana participada. In: Colóquio Ibérico de Geografia, 10., 2005, Évora. **Atas...** Évora: Universidade de Évora, 2005. p. 1-16. Disponível em: <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>. Acesso em: 7 jun 2010.

HARDT, L. P. A. et al. Contribuições da análise perceptual para a gestão de unidades de conservação e do turismo em áreas urbanas. In: SIT – Seminário Internacional de Turismo, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR; Universidade Positivo, 2009.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KAICK, Jaqueline Aparecida Mendes van. **Percepção de parques e áreas similares para a atividade do turismo em Curitiba, Paraná**. Curitiba: PPGTU-CCET/ PUCPR, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=33818696>>. Acesso em: 11 maio 2010.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LOPES, Sérgio de Farias; SANTOS, Rosselvet José. **Observação de aves: do ecoturismo à educação ambiental**. Revista Online Caminhos de Geografia, Uberlândia: v. 5 n. 13, p. 19, 2004. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=40>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro de paisagismo no Brasil**. São Paulo, 1999.

_____. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: SEDUR – Seminário sobre desenho urbano no Brasil, 2., 1986, Brasília. **Anais...** São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986. p. 103-110.

MACHADO; TANGERINO. **A educação ambiental em roteiro de visitação parque urbano de São Paulo: uma proposta sobre a condição de usuário e visitante**. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=658&class=02>>. Acesso em: 31 maio 2010.

MAGNOLI, Miranda Martinele. O parque no desenho urbano. In: SEDUR – Seminário sobre desenho urbano no Brasil, 2., 1986, Brasília. **Anais...** São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986. p. 111-120.

MANTOVANI, Waldir. A diversidade biológica em parques urbanos. In: Seminário Internacional Parques Urbanos e Meio Ambiente: desafios de uso, 2005, São Paulo. **Atas...** São Paulo: Parque Cientec/USP; PEFI, 2006. p. 125-162.

MOHR, Maicon. **Observação de aves: uma atividade turística sustentável**. Clube de Observadores de Aves do Vale Europeu (COAVE), Blumenau: p. 6, 2003. Disponível em: <<http://www.coave.org.br/lista-downloads.php>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis. **Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

RECIFE, Prefeitura do. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças**. Lúcia Leitão (org.). Recife: a Secretaria, 2002.

REIS, Rodrigo Siqueira. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba: uma abordagem sócio-ecológica da percepção dos usuários**. 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/E DUCACAO_FISICA/dissertacao/Reis_atividade_fisica.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SALVADOR. **Lei Nº 7.400/2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU – e dá outras providências. Salvador: Gabinete do Prefeito Municipal do Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.sedham.salvador.ba.gov.br/lei7400%5Fpddu/>>. Acesso em: 25 jun. 2010. Subseção V, dos Espaços Abertos de Lazer e Recreação, p. 134-135.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação e Cultura; Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente; Superintendência do Meio Ambiente. **Atlas ambiental de Salvador infanto-juvenil**. Salvador: PMS; SMEC; SEPLAM; SMA, 2006. Disponível em: <<http://www.meioambiente.salvador.ba.gov.br/images/sma/pdf/atlas.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2010.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1936.

SIRKIS, Alfredo. **Ecologia urbana e poder local**. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999.

TROPPMAIR, Helmut; GALINA, Márcia Helena. **Áreas Verdes**. Boletim eletrônico Território e Cidadania, Rio Claro: ano III, n. 2, p. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territorioecidadania/Artigos/helmut%201.htm>>. Acesso em: 8 jun 2010.